



PARECER PRÉVIO Nº 60/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11202/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de São Sebastião do Uatumã.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Adalberto Silveira Leite (Prefeito Municipal).
- 6- **Advogado:** Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331, Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM 6897, Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10.428 e Larissa Oliveira de Sousa - OAB/AM 14.193.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI, DICREA e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5222/2022-MP-ESB, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de São Sebastião do Uatumã. Exercício de 2016.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalvas das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, a proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. **Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação com ressalvas** das contas da **Prefeitura Municipal de São Sebastião do Uatumã**, exercício 2016, sob a responsabilidade do **Sr. Adalberto Silveira Leite**, Prefeito, nos termos do art. 1º, inciso I, c/c o art. 58, alínea “b”, da Lei nº 2.423/96; haja vista as irregularidades a seguir:
 - a) envio dos balancetes mensais fora do prazo via sistema e-contas, nos termos do art. 15 c/c o art. 20, inciso II Lei Complementar nº 06/1991 com nova redação dada pela Lei Complementar nº 24/2000 e Resolução TCE nº 13/2015.

- 11- **Ata:** 15ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 9 de Maio de 2023



PARECER PRÉVIO Nº 60/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

13- Especificação do quórum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente- não votou), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO
Conselheiro

LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA
Conselheiro

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Conselheiro-Convocado

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral



ACÓRDÃO Nº 60/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 60/2023 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 11202/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de São Sebastião do Uatumã.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Adalberto Silveira Leite (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331 e Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM 6897, Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10.428 e Larissa Oliveira de Sousa - OAB/AM 14.193.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI, DICREA e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº Parecer 5222/2022-MP-ESB, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de São Sebastião do Uatumã. Exercício de 2016.

Determinação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Determinar** à Prefeitura de São Sebastião do Uatumã que corrija as seguintes irregularidades diante da subsequente prestação de contas:
 - a) Que cumpra os prazos estabelecidos nos termos da Resolução nº 15/2013, alterada pela Resolução nº 24/2013;
 - b) Que providencie a realização de concurso público para a carreira de Contador para o quadro de servidores do Município;
 - c) Que cumpra o art. 73 da Lei 8.666/93, §1º;
 - d) Que cumpra o art.67, caput, da Lei 8.666/93.
- 10.2. **Determinar** a instauração de **Tomada de Contas Especial** no âmbito desta e. Corte de Contas, conforme dicção do art. 9º, art. 11, parágrafo único e art. 35 da Lei nº 2423/96 – Lei Orgânica c/c o art. 195, caput e do art. 196, §3º, da Resolução nº 04/2002, acerca dos atos de gestão abaixo:
 - 10.2.1. A terceirização dos serviços de Assessoria Contábil (1º. Termo Aditivo ao Contrato CT005-2015. Empresa: R DE S



ACÓRDÃO Nº 60/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 60/2023 – TCE – Tribunal Pleno)

LAVOR - ME. valor global R\$ 107.800,00 (cento e sete mil e oitocentos reais com vigência 12 meses), em detrimento de criação de órgão central de contabilidade do município ou de realização de concurso público para a carreira de Contador do Município, em descompasso com a regra contida no art. 110, parágrafo único, c/c art. 29, caput, da Lei n. 4.320/64 e jurisprudência do Tribunal de Contas da União (Nesse sentido, ver Acórdão TCU 1560/2003- Plenário e Acórdão TCU 116/2002-Plenário);

10.2.2. No Pregão Presencial nº 013/2016 que tem como objeto a contratação de empresa para fornecimento de material de informática e teve como vencedor a empresa MJF GONÇALVES EIRELI-EPP no valor de R\$ 670.358,00 foi observado as seguintes restrições:

Em se tratando de compra com valor superior a R\$ 80 mil, não consta que o objeto foi recebido provisoriamente pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização mediante termo circunstanciado;

10.2.3. Contrato CT 002-2016; Contrato CT 003-2016; Contrato CT 004-2016; Contrato TACT 006-2015; Contrato CT 008-2016:

a) Ausência nos autos de designação, mediante portaria publicada no DOE de um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, contrariando o art.67, caput, da Lei 8.666/93;

b) Ausência nos autos da lista de verificação e relatórios de acompanhamento ou outros controles que sinalizem o efetivo controle e fiscalização da execução contratual por parte de representante da Administração especialmente designado, contrariando art. 67,§ 1º da Lei 8.666/93;

10.2.4. Ausência da Nota de Empenho, conforme o caso (Art. 58, 60 e 61 da Lei 4320/64; caput do art. 62; Art.62, §§ 2º e 8º da Lei 8666/93; art. 9º da LRF 101/00);

10.2.5. Ausência da Nota Fiscal referente a 1º Medição do Contrato nº 074/2016 de acordo com o Art. 65 da Lei nº 4.320/64;

10.2.6. Ausência de ART do responsável técnico pela execução da obra/serviço de engenharia perante o CREA (Art. 1º, 2º e 3º da Lei Federal nº 6.496/77;

10.2.7. Justificar ou recolher aos cofres públicos a quantia de R\$ 2.013.24 (dois mil, treze reais e vinte e quatro centavos) referente ao serviço (portão de ferro com vara 1/2", com requadro – Item 3.12 da planilha orçamentária) do contrato nº 074/2016, tal questionamento é devido ao superfaturamento por quantidade no serviço anteriormente



ACÓRDÃO Nº 60/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 60/2023 – TCE – Tribunal Pleno)

citado, violando assim o gestor o Art. 7º, § 4º da Lei nº 8.666/93;

10.2.8. Justificar ou recolher aos cofres públicos a quantia de R\$ 2.334.98 (dois mil, trezentos e trinta e quatro reais e noventa e oito centavos) referente ao serviço (porta de alumínio de abrir com guarnição – item 2.3.7.2 da planilha orçamentária) do contrato nº 055/2016, tal questionamento é devido ao pagamento de serviço não executado, violando assim o gestor o Art. 63, § 2º, III da Lei nº 4.320/64;

10.2.9. Dar ciência aos advogados constituídos do **Sr. Adalberto Silveira Leite**, Prefeito do Município de São Sebastião do Uatumã, acerca da decisão, na forma do art. 95, da Resolução nº 04/2002, ficando autorizada a emissão de nova notificação, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se, por ventura, persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97, da Resolução nº 04/2002.

11- Ata: 15ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 9 de Maio de 2023

13- Especificação do quórum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente- não votou), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público: Dr. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral